

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULA SCHUARTZ

O EMÍLIO DE ROUSSEAU: O PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO MORAL

CURITIBA

2017

PAULA SCHUARTZ

O EMÍLIO DE ROUSSEAU: O PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO MORAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Karen Franklin da Silva

CURITIBA

2017

RESUMO

O presente trabalho discute a questão da formação moral no texto *Emílio* de Rousseau. Pretende estabelecer as relações filosóficas e pedagógicas que constituem o desenvolvimento da moralidade na educação de uma criança desde seu nascimento até a fase adulta. Para isso, foram considerados os principais conceitos presentes na obra, como o homem natural; corrupção humana no meio social; autonomia; cidadania; entre outros, bem como os fundamentos e instrumentos educativos propostos por Rousseau para conservar o indivíduo em pleno estado de bondade e liberdade. Emílio, o aluno imaginário e educado por Jean-Jacques ao receber a chamada 'educação da natureza' se torna um indivíduo formado pela ação da sensibilidade, não é forçado a nada, sua autonomia e liberdade são desenvolvidas conforme as escolhas que faz. A moral da criança se desenvolve à medida do fortalecimento do corpo. Ao chegar na juventude, Emílio se prepara para ser homem e, em seguida, um cidadão moralmente ético. O fundamento de ação é o da natureza que o guiou durante o processo educativo. Para levar a termo a proposta apresentam no primeiro capítulo discussões sobre o projeto moral rousseauiano, elucidando as justificativas de seu projeto educativo, bem como as bases da educação natural como o fundamento da moral. No segundo capítulo apresentam discussões sobre os cuidados necessários para com a criança, a constituição de seu ser moral e a força da natureza como princípio moral. E por fim, no terceiro capítulo a discussão sobre a moral cidadã compreendida na tensão entre o ser homem e o ser cidadão.

Palavras-chave: Rousseau. Educação. Moral. Emílio. Natureza

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Karen Franklin, pelo acompanhamento, orientação e dedicação.

À minha Família, meu marido Alison Jean Machado Borba, minha mãe Eliane Aparecida Schuartz, meu pai Paulo Dirceu Schuartz e meu irmão Fábio Schuartz, pela paciência e perseverança.

Amei a infância; favoreci suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto.
Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época em que o riso está sempre
nos lábios, e a alma está sempre em paz?

ROUSSEAU

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 A EDUCAÇÃO DE EMÍLIO: UM PROJETO MORAL?	08
1.1 JUSTIFICAR UM PROJETO EDUCATIVO: O PORQUÊ DA EDUCAÇÃO.....	09
1.2 PRINCÍPIOS DE UMA EDUCAÇÃO NATURAL: A BASE DA MORAL.....	14
2 OS INSTRUMENTOS DA EDUCAÇÃO MORAL	19
2.1 OS PRIMEIROS CUIDADOS.....	19
2.2 O SER MORAL.....	21
2.3 A FORÇA COMO PRINCÍPIO MORAL.....	26
3 A MORAL CIDADÃ	29
3.1 SER HOMEM.....	30
3.2 SER CIDADÃO.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), nasce em Genebra na Suíça. Em seus trabalhos filosóficos desenvolveu conceitos relativos à origem da desigualdade, à natureza humana, ao estado de sociedade, à corrupção e à degeneração, à formação educacional e à formação política. O tema da educação era traço mental e cultural de sua época, pois advém da ideia de uma natureza humana universal e do debate da necessidade de democratizar a educação. Com o imperativo de formar cidadãos para a própria democracia, esses conceitos estariam mais próximos ao direito natural, à liberdade de crença, de palavra e de ação, mas dependeriam de um movimento educacional para vigorar (DOZOL, 2006, p. 17).

A educação pedagógica, apresentada por Rousseau, justifica e fundamenta seu pensamento filosófico, pois a partir do conceito de Homem e de estado de natureza o embate com o conceito de cidadão se evidencia. Ou seja, para Rousseau, o meio social modifica a natureza e é a origem dos males humanos.

O estado social seria a base da corrupção humana e o responsável pelo processo de desigualdade entre os homens. Esses conceitos são apresentados na obra intitulada *O Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* (2012). Para Rousseau a educação vem com um caráter regenerador, que deve ser iniciada onde ainda não há perversidade, ou seja, deve ser introduzida a partir da criança. A criança ao nascer possui as características inatas de bondade e de liberdade, sendo a educação proposta pelo filósofo o instrumento responsável pela manutenção desse Estado Natural.

Rousseau, apesar de estar na 'onda' de sua época, estabelece objeções dirigidas às práticas educativas realizadas no período. Para ele a educação não possuía um conhecimento adequado da criança, pois igualavam a inteligência da criança à inteligência do adulto, o que resulta em tomar a razão como critério exclusivo para o processo formativo de uma criança (DALBOSCO, 2012, p. 1119), por isso, o filósofo busca descrever o ideal humano, em sua origem e em sua formação para compreender o que constitui e o que necessita o homem para uma educação favorável ao seu caráter.

A partir disso, Rousseau quer não apenas formar um homem bom, mas um ser humano capaz de se integrar socialmente, ser um cidadão moralmente

constituído a fim de não se corromper, ou seja, a ideia é “redimensionar as potencialidades naturais do homem de maneira que a natureza humana não seja degenerada, ignorada ou até mesmo coisificada” (PAIVA, 2007, p. 323).

O desenvolvimento desse trabalho se dá na perspectiva da análise da construção moral na criança a partir da formação de *Emílio* de Rousseau. O objetivo é delinear os aspectos e os instrumentos utilizados na educação da criança para uma boa formação moral.

Para isso, foi realizada uma investigação na obra *Emílio ou da Educação*, que compreende a formação de uma criança do seu nascimento até a fase adulta, tendo em vista principalmente: o Livro I, que estabelece as bases da formação humana, atribuído necessariamente ao conceito de educação natural e os cuidados com a primeira infância; o Livro II e o Livro III, que colocam a formação da criança a partir do seu desenvolvimento sensível e os instrumentos utilizados para tal educação, que darão base para a formação moral; e o Livro IV e o Livro V, que tratam da formação de um homem cidadão, que formado pela educação da natureza se insere em sociedade sem ser corrompido por ela.

Assim, realizou-se no primeiro capítulo desse trabalho intitulado *A Educação de Emílio: um projeto moral?*, a discussão sobre as *Justificativas de um Projeto Educativo* e os *Princípios de uma Educação Natural: a Base da Moral*. No segundo capítulo sobre *Os Instrumentos da Educação Moral* analisam-se os seguintes momentos: *Os Primeiros Cuidados*, *O Ser Moral* e *A Força como Princípio Moral*. E por fim, no terceiro capítulo sobre *A Moral Cidadã*, a avaliação se dá no contexto do *Ser Homem* e do *Ser Cidadão*.

1 A EDUCAÇÃO DE EMÍLIO: UM PROJETO MORAL?

No texto *Emílio ou da educação* de Jean-Jacques Rousseau encontram-se os principais preceitos educativos postos pelo Filósofo. No entanto, para que se possa delimitar e justificar o que se pode compreender por educação, nesse contexto, e se ela implica na constituição moral de uma criança e posteriormente na formação do cidadão, faz-se necessário apresentar alguns conceitos preliminares. Tais conceitos são fundamentais no pensamento de Rousseau, mas encontram-se em escritos anteriores. São eles: a) Homem no estado de natureza, ou seja, a concepção originária da humanidade e como ela se transforma ao longo do tempo; b) Homem/cidadão, ou seja, questionam-se as circunstâncias da entrada no estado de sociedade; c) Homem/educando, ou seja, em que ponto a educação se torna fundamental para a constituição do ser humano moral que não se deixa diluir na corrupção e na desigualdade criada no processo civilizatório. Nesse sentido, é necessário conhecermos o próprio homem.

Muitos questionamentos perpassam a matéria fundamental deste trabalho, porém alguns são urgentes: Quais são as propriedades humanas no estado primitivo? O que faz com que o ser humano entre em um estado de desigualdade, ao qual vemos por toda parte? O que fazer para não permitir a entrada do homem em um estado degenerativo? Quais são os conceitos e instrumentos necessários para formar uma moralidade sólida, ou seja, um ser humano que pensa e age da melhor forma possível em qualquer estado que se encontre? O objetivo inicial é delinear os preceitos pedagógicos para educação moral do homem e como ela se faz na formação do cidadão segundo Rousseau será percorrido através destas problematizações.

Assim, neste primeiro capítulo objetiva-se esclarecer as discussões acerca do conceito de homem, do conceito de educação e educação moral, baseadas principalmente no Livro I de *Emílio*, compreendendo que o projeto educacional de Rousseau não poderá ser lido adequadamente sem a corroboração com suas outras obras e através de seus principais comentadores.

1.1 JUSTIFICAR UM PROJETO EDUCATIVO: O PORQUÊ DA EDUCAÇÃO

Logo no prefácio do livro *Emílio ou da Educação*, Rousseau apresenta o objetivo que fundamenta seus preceitos educativos: a ideia de seguir a marcha da natureza. Tal proposta é anunciada como aquela que será “conveniente ao homem e bem adaptada ao coração humano” (ROUSSEAU, 2014, p. 05).

O argumento de que se deve seguir a Natureza, nos leva a questionar “O que é a Natureza?”.

Assim é preciso encontrar a arquitetura da Natureza, pois segundo Paiva (2008) faz-se necessário chegar ao ponto zero da sociabilidade, olhar para a originalidade humana, suas paixões primitivas e sua verdadeira essência, pois ali encontra-se a rota da sensibilidade humana, seja ela física ou moral.

Para responder à questão sobre a Natureza humana, é necessário buscar no texto *O Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*¹, os rudimentos da discussão roussseliana sobre as características primitivas do ser humano. Para ele existe um estado anterior a todo arranjo social. Ou seja, se todos se encontram na perspectiva da sociedade um dia os humanos estiveram sob o Estado de Natureza. Nesta condição peculiar, Rousseau pensa que os homens se encontram livres e possuem a bondade como fundamento de todas as ações humanas.

A ideia inicial do texto é um elogio à originalidade da natureza e a denúncia da decadência moral. Aqui Rousseau aborda com clareza como o ser humano ao longo de sua história foi perdendo as propriedades naturais e foi se degenerando ao entrar no Estado de Sociedade, tornando-se corrompido e desigual.

O filósofo diz que para conhecermos como o ser humano chegou ao estado atual de desigualdade, é necessário voltarmos ao seu estado primeiro, eliminando toda e qualquer característica social, só assim podemos compreender a verdadeira essência humana². É preciso, pois, “separar o que há de originário e de artificial na natureza atual do homem e conhecer devidamente um estado que não existe mais” (ROUSSEAU, 2012, p. 34). “Rousseau afasta os fatos e cria uma hipótese histórica

¹ Texto publicado em 1754 por Jean-Jacques Rousseau motivado pelo programa lançado pela Academia de Dijon, a qual propôs um prêmio a melhor resposta sobre a seguinte questão: “Qual a fonte da desigualdade entre os homens e se ela é autorizada pela lei natural”.

² Neste sentido Rousseau faz uma crítica aos seus contemporâneos, os quais segundo ele “transportaram para o estado de natureza ideias tomadas na sociedade. Falavam do homem selvagem e descreviam o homem civil” (ROUSSEAU, 2012, p. 44).

que rompe com os limites do factual no sentido de criar uma máxima a priori: o homem natural como categoria referencial suprema” (PAIVA, 2008, p. 166).

Em sua hipótese de gênese, o ser humano desnudado advém da pureza da natureza, vive isolado e, por isso, não conhece o mal, age em prol da sua sobrevivência. Na *Carta a Christophe de Beaumont*³, Rousseau (2005) diz que o primeiro fundamento de toda a moral é que “o homem é um ser naturalmente bom, que ama a justiça e a ordem, que não há perversidade originária em seu coração, e que os primeiros impulsos da natureza são sempre corretos” (p. 48).

Para Salinas Fortes (2007) tal estado primeiro do homem deve ser considerado como próprio da natureza do homem, que é “essencialmente boa e o que vemos diante de nós”, enquanto seres sociais, é apenas “uma degeneração” da entrada em sociedade. Segundo ele, a “degenerescência da *natureza* originária, em si mesma límpida e rica em potencialidades”, contribui para a difícil compreensão do conceito de homem em Rousseau (p. 37).

Isso está demonstrado na imagem romântica do homem selvagem na seguinte passagem:

Despojando esse ser, assim constituído, de todos os dons sobrenaturais que pôde receber e de todas as faculdades artificiais que pôde adquirir apenas por longos processos, considerando-o, em suma tal como deve ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte do que uns, menos ágil do que outros, mas, levando tudo em conta, organizado de modo mais vantajoso que os demais. Vejo-o fartando-se sob um carvalho, matando a sede no primeiro riacho, fazendo seu leito ao pé da mesma árvore que lhe forneceu a refeição e satisfazendo assim a todos as suas necessidades (ROUSSEAU, 2012, p. 48).

Para compreensão desse estado natural, Rousseau separa na espécie humana dois tipos de características, que são passíveis de posterior desigualdade e degeneração:

[...] uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das formas, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade **moral** ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecido ou, pelo menos, autorizado pelo consentimento dos homens (ROUSSEAU, 1973, p. 241).

³ Carta escrita por Rousseau em defesa ao livro *Emílio ou da Educação*, o qual foi condenado com uma “doutrina abominável”.

Nesse sentido, o que vem da natureza não parece estar sob algum controle, portanto não poderá ser objeto de pesquisa. Porém, os processos morais, que é o objetivo deste trabalho, são apresentados por Rousseau como aqueles que devem ser observados, pois eles podem ser passíveis de corrupção.

Desse modo, é imperioso apresentar quais os atributos morais descritos por Rousseau. A primeira característica é a Liberdade, a qual nos distingue das demais espécies, e nos torna agentes livres. Com ela os humanos reconhecem sua capacidade deliberativa. Outra qualidade seria a capacidade de aperfeiçoamento, ou seja, a capacidade de desenvolver-se. Esta é a propriedade que pelas circunstâncias podem desencadear todas as outras potencialidades humanas ⁴.

Para Rousseau o homem natural tem como princípio de seu estado a percepção e o sentido, atende às necessidades e segue os impulsos da natureza. O desenvolvimento das faculdades da razão ⁵ não se faz necessário, pois o homem responde apenas às paixões ⁶. Ele luta pela sua sobrevivência, possui em si a propriedade que Rousseau chama de autoconservação. É ela que faz o ser humano ver no outro o sofrimento, ou seja, “a repugnância inata de ver sofrer seu semelhante” (ROUSSEAU, 2012, p. 70), pode estar a chave da percepção do conceito de piedade, um ponto fundamental na natureza “moral” do ser humano em Rousseau.

Desse modo, a piedade parece ser a única virtude primitiva:

A piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor de si mesmo ⁷, contribui para a conservação mútua de

⁴ Para o Filósofo é essa “faculdade distintiva, e quase ilimitada, é a fonte de todas as infelicidades do homem; que é ela que o tira, com o tempo, dessa condição originária na qual passaria dias tranquilos e inocentes; que é ela que, fazendo brotar com os séculos suas luzes e seus erros, seus vícios e suas virtudes, transforma com o tempo no tirano de si mesmo e da natureza” (ROUSSEAU, 2012, p. 56).

⁵ No estado de natureza a razão está em potência de ser: “foi por uma providência muito sábia que as faculdades, que ele possuía em potência, só devessem se desenvolver com as ocasiões de exercê-las a fim de não serem nem supérfluas e onerosas antes do tempo, nem tardias e inúteis quando necessárias. No instinto ele tinha tudo que precisava para viver no estado de natureza; numa razão cultivada ele tem apenas o que precisa para viver em sociedade.” (ROUSSEAU, 2012, p. 68).

⁶ Segundo Rousseau as paixões que advêm de nossas necessidades e seu progresso dá origem ao nosso conhecimento. Esse assunto se refere ao desenvolvimento da luz do conhecimento, ou da razão, será posteriormente abortado em duas frentes: a capacidade da razão que degenera o homem e o bom desenvolvimento da razão a partir da educação.

⁷ O amor de si, segundo o *Dicionário Rousseau*, está ligado à conservação, é uma disposição naturalmente saudável, possui natureza benéfica e é “temperada” pela piedade ou compaixão. Se, porém, o amor de si não é bem conservado, a razão engendrará o amor-próprio, que ao contrário da piedade, faz nascer no homem a vaidade, o desprezo e a inveja. O amor-próprio nasce da associação com o outro, onde a desfiguração do desejo de conversação pelo desejo de dominação, ou seja, o amor próprio despoja o amor de si, “substituindo o bem inato e sereno...pelo bem

toda a espécie. É ela que nos leva, sem reflexões, a socorrer aqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de que ninguém é tentando a desobedecer a sua doce voz (ROUSSEAU, 2012, p. 72).

Ao descrever algumas das capacidades inatas do ser humano, que ao longo sua história e de acordo com as circunstâncias vividas pelo homem, sofre processos de mudança e aquisição dos modos de operar no mundo, evidencia-se também a forma do homem produzir o orgulho. Principalmente pela ação e progresso da perfectibilidade ⁸, e também pela necessidade de sobrevivência e proteção os homens unem-se uns aos outros, dando início à sociedade civilizada ⁹. “À medida que as ideias e os sentimentos se sucedem, que o espírito e o coração se exercitam, o gênero humano continua a se domesticar, as ligações se estendem e os laços se estreitam” (ROUSSEAU, 2012, p. 86).

A bondade, que era conveniente ao estado de natureza, agora não é mais conveniente à sociedade nascente, o homem ao se unir ao outro começa a comparar-se e se torna ávido pela disputa e pela inveja. Ao criar a sociedade deu início ao mais terrível estado de guerra, “o gênero humano, aviltado e desolado, não podendo mais voltar atrás nem renunciar às aquisições infelizes que fizera e trabalhando apenas para sua vergonha por ter abusado das faculdades que o dignificam, viu-se ele próprio diante da ruína” (ROUSSEAU, 2012, p. 94). Assim foi, segundo Rousseau, a origem da sociedade e a destruição da liberdade natural. E “ao se tornar sociável e escravo, ele se torna fraco, medroso, subserviente, e sua

enganoso e ilusório que consiste em obter odioso domínio pessoal sobre outrem” (DENT, 1996, p. 40). Nas palavras de Dalbosco (2012) “enquanto o amor de si, profundamente entrelaçado com a piedade, conduz à afetividade, o amor próprio conduz ao ódio e à raiva; enquanto o primeiro diz respeito ao homem natural, o segundo refere-se ao homem social” (p. 1124).

⁸ Capacidade de aperfeiçoamento.

⁹ Para Rousseau é a instituição da propriedade que torna o homem social. Segundo ele “o primeiro que cercou um terreno, teve a audácia de dizer *isto é meu* e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o fundador da sociedade civil” (ROUSSEAU, 2012, p. 80). Essa ação torna o homem desigual, competitivo e ambicioso, “desde que um homem teve a necessidade do auxílio de outro, desde que se percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho se tornou necessário e as vastas florestas se transformaram em campos viçosos que era preciso com o suor dos homens, nos quais logo se viu germinar e crescer a escravidão e a miséria com as colheitas” (ROUSSEAU, 2012, p. 88-89). “Todos esses males são o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente” (ROUSSEAU, 2012, p. 93). Segundo o argumento de Fortes, a ação da perfectibilidade conduziu “a um desenvolvimento brilhante das faculdades humanas e, ao mesmo tempo, uma perversão de suas disposições...o homem evoluirá para um situação de independência da natureza e de dependência em relação a outro homem” (FORTES, 2007, p. 66), a instituição da propriedade, segundo Fortes, é para Rousseau, pela associação entre os homens e pelo desenvolvimentos das potencialidades humanas o marco da instituição social, nela o ferro e o trigo civilizaram os homens e deturparam o gênero humano.

maneira de viver ociosa e efeminada acaba por debilitar-lhe a força e a coragem” (ROUSSEAU, 2012, p. 53).

[...] mudam, por assim dizer, de natureza; por que nossas necessidades e nossos prazeres mudam de objetivo com o passar do tempo; por que, com o desaparecimento gradativo do homem original, a sociedade oferece aos olhos do sábio apenas uma reunião de homens e paixões artificiais que são o resultado de todas essas novas relações e não têm nenhum fundamento verdadeiro na natureza (ROUSSEAU, 2012, p. 112).

Esses conceitos iniciais, de homem natural o qual é bom em sua origem e que ao ingressar como homem civil se torna artificial e fingido ao logo de diversas circunstâncias, justificam as duas ideias postas nas primeiras páginas de *Emílio*, a primeira de que “tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera as mãos do homem” (ROUSSEAU, 2014, p. 07); a segunda é a de que “no Estado em que as coisas estão, um homem abandonado a si mesmo desde o nascimento entre os outros seria o mais desfigurado possível” (Idem).

Mas, como reconstituir o processo de corrupção, ou não permitir que essa máscara social se instaure no coração humano?

[...] a degeneração veio pelas mãos do homem, cabe a ele reconciliar-se com sua própria natureza, consigo mesmo e com o próximo. É essa a mais sublime tarefa moral que se impõe para o benefício e o progresso da humanidade. Realiza-se por meio de um amplo projeto de formação que contém um plano individual, de formação do homem em todas as suas disposições naturais, e um plano coletivo de formação do homem social, isto é, do cidadão (PAIVA, 2007, p. 327).

Assim é preciso começar pela infância, proteger a criança, guiá-la pela educação, cultivando-a longe do choque das opiniões, ou seja, dos vícios e erros da sociedade, pois segundo Rousseau (2014) “nascemos fracos, precisamos de força, nascemos carentes de tudo, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação” (p. 09).

A educação, segundo Almeida Junior (2009), entra na filosofia de Rousseau, assumindo o papel de “ordenar as relações entre a natureza e cultura” (p. 28), não nos cabe, portanto, corrigir a natureza, mas, sim, aproximar o ser humano dela. As mudanças devem ser operadas somente no que é fruto da obra humana e “a educação é essa ponte entre a natureza e a cultura” (idem). Assim, “a tarefa de cultivar a ordem natural e formar o homem conforme os tributos da natureza começa

com o nascimento e se prolonga por toda a vida...basta observar a regra da natureza e o caminho que ela indica” (PAIVA, 2007, p. 329).

A ideia é desenvolver o homem em todos os seus atributos e potencialidades, através de uma educação global, uma educação baseada na natureza, pois como visto a sociedade está corrompida e por sua vez corrompe o homem.

Assim Rousseau cria Emílio como “um exemplo de obra de arte na qual o homem aparece como fenômeno natural e é desnaturado pelas instituições sociais sem, entretanto, matar-lhe a natureza humana e sufocar sua bondade” (PAIVA, 2007, p. 326). Esse simulacro de aluno ideal e ser humano projetado busca através da educação preservar a natureza humana e os princípios que regem a própria bondade.

1.2 PRINCÍPIOS DE UMA EDUCAÇÃO NATURAL: A BASE DA MORAL

Agora é preciso ver quais os princípios que fundamentam essa educação que pretende não ser jogada na artificialidade social, uma educação baseada naquilo que há de melhor no ser humano, ou seja, que trilha o caminho da natureza e da bondade. A educação que visa a “boa” moralidade.

Rousseau busca no texto *Emílio ou da Educação* esclarecer quais são esses preceitos que devem guiar o ser humano desde seu nascimento até a fase adulta.

O objetivo que se coloca é formar um homem livre, capaz de se defender contra toda a maldade que possa vir a constrangê-lo.

O filósofo escolhe Emílio, uma criança “órfão de pai e mãe, sem história e sem lugar como o aluno-protagonista” (STRECK, 2004, p. 31), e que será o modelo de ser humano. É em Emílio que temos “a declaração de amor ao homem e a fé na capacidade de transformá-lo em um ser bom e útil à humanidade” (PAIVA, 2008, p. 178).

Para tal empreendimento se faz necessária a compreensão das fontes educativas colocados por Rousseau, chamadas de *os três mestres*. São “três instâncias diferentes de aprendizado em relação ao indivíduo, mas em todos os casos, é a educação que estabelece a ponte entre o que não se tem e o que se precisa. Essas três instâncias são: a natureza, as coisas, e os homens.” (ALMEIDA JR., 2009, p. 20). Rousseau as explica da seguinte maneira:

O desenvolvimento de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (ROUSSEAU, 2014, p. 09).

Mais especificamente, segundo Almeida (2009), o primeiro desses mestres dá força a criança, que ao nascer é fraca, porém durante os primeiros anos desenvolverá suas faculdades e seus órgãos; o segundo se refere às nossas sensações, ou seja, de onde se retiram e se ganham experiências; e, por fim, a última ensina a utilizar o desenvolvimento das lições trazidas pelos outros mestres. “Assim, havendo harmonia nas lições desses três mestres, os objetivos concorrem para um mesmo fim, o indivíduo ser bem educado” (ALMEIDA JR., 2009, p. 20).

Porém, esse objetivo é delimitado pela educação da Natureza, pois segundo Rousseau, a educação da natureza é aquela que não depende de nós e sobre a qual não temos controle; já a educação das coisas somente em alguns aspectos; e a educação dos homens é a única de que podemos ter controle. Assim, para se efetivar uma boa educação o que se pode fazer é a aproximação do “alvo”, que seria a educação que melhor cabe à essência do homem: uma educação que aproxime o homem de sua natureza. Isso significa que é necessário guiar a educação das coisas e a educação dos homens para o caminho da natureza para completar e efetivar a educação na perspectiva de Rousseau.

A educação, assim, deverá ser fundamentada na natureza, a fim de cultivar no espírito humano a essência da bondade, a qual já está com o homem desde seu nascimento, apenas é necessário guiá-lo para que essa característica e outras como a liberdade, a perfectibilidade e a piedade, não se degenerem no meio social. Assim, Emílio será educado individualmente e longe da sociedade, o mais próximo do campo, pois o campo tem aqui caráter de simulacro da vida natural e originária.

Segundo Dalbosco (2012), é a educação da natureza a responsável por formar um homem sábio e virtuoso, resultado de um longo processo pedagógico que se concentra preferencialmente na infância. Esse processo irá fortalecer o corpo e o refinamento da criança. “Tal organização está sustentada por base normativa clara, contendo princípios, conteúdos e aspectos metodológicos da educação natural” (p. 1119). Tem como tarefa proteger a criança do vício e do erro, trazidos pela sociedade, sendo que a “educação da natureza consiste na busca do equilíbrio entre

os desejos e as faculdades, pois querer formar em excesso as faculdades da criança, reprimindo seus desejos, significa não compreendê-la adequadamente” (p. 1123). É necessário seguir a natureza e o caminho que ela indica (PAIVA, 2007, p. 329).

Para que esses princípios e objetivos que norteiam a educação da natureza ocorram, Rousseau diz que ela deve ser negativa, ou seja,

[...] não deveríamos começar raciocinando com nossas crianças porque elas, além de só poderem chegar ao pensamento pelo uso que fazem de seus sentidos, e não primeiramente a razão, nascem em um contexto social profundamente corrompido e artificial, contra o qual precisam ser protegidas (DALBOSCO, 2012, p. 1126).

Isso significa que o trabalho deve ser de modo a evitar tudo que possa corromper a criança, ela deve seguir seus desejos ¹⁰, porém esses desejos devem ser guiados pela natureza, pela bondade natural. Não se deve apressar o processo, perder tempo tem sentido de ganhar tempo adiante.

“A educação negativa e seu método inativo, preparam Emílio para o reino da liberdade” (ALMEIDA JR., 2009, p. 28), porque somente a criança e o homem primitivo são capazes de ouvir a voz dos impulsos naturais, e, de modo adequado, não se deixar corromper, pois “se a criança for educada conforme seu desenvolvimento natural estará muito melhor preparada para o futuro do que sendo educada como um pequeno adulto”; “a educação negativa, portanto, é um recurso fundamental para a educação da natureza” (idem, p. 29).

Outro argumento importante acerca da educação da natureza e seu caráter negativo é o apontado por Dozol (2006), que coloca que educar no sentido de Rousseau é preparar o indivíduo para o livre julgamento das condições culturais e, sobretudo auxiliará no “julgamento e no agir acertadamente em termos morais” (p. 82).

¹⁰ Rousseau faz, claramente, em sua obra *Emílio* uma crítica à educação de sua época, a qual iguala, segundo Dalbosco (2012), o conhecimento da criança ao do adulto, tomando o exercício da razão como ponto fundamental da pedagogia, o que torna o processo educativo tradicional, pautado em lições repetitivas e exaustivas. Rousseau é um dos primeiros Filósofos a pensar a criança integralmente, diz que devemos tratar a criança como criança e o homem como homem. Pensa no desenvolvimento dos sentidos como potencial para o desenvolvimento da razão. Reconhece a criança como tendo infância, tira o *status* de mini-adulto e atribui as necessidades e capacidade da criança de acordo com as fases de seu desenvolvimento. Isso pode ser visto na própria divisão do livro, onde temos V capítulos, cada um com uma faixa etária, e cada faixa etária com uma capacidade a ser trabalhada.

O método da educação negativa fará com que Emílio faça as conexões do bem agir com o mundo social, sem que seja corrompido por ele, e será sobre os preceitos na natureza que sua formação se dará. Nesse sentido, Rousseau enfatiza como adequar esta educação, pois “na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem-educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela [...]” (ROUSSEAU, 2014, p. 14-15).

Emílio deve aprender a viver na ordem natural, “isto é, apreender a guiar a vida em função daquelas virtudes reconhecidas no homem antes do processo de corrupção e degeneração vir a suplantá-las” (FALABRETTI; SANTOS, 2014, p. 167). Assim será necessário dar atenção às necessidades da natureza da criança, antes de introduzi-la em uma educação moral ou política, pois o que fundamenta tal educação moral é o próprio início. Antes de qualquer vocação ou instrumentação (FALABRETTI; SANTOS, 2014, p. 167), Rousseau diz que a natureza chama Emílio para a vida humana:

Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar; tudo o que um homem deve ser, ele será capaz de ser, se preciso, tão bem quando qualquer outro; e, ainda que a fortuna o faça mudar de lugar, ele sempre estará no seu (ROUSSEAU, 2014, p. 15).

Será necessário aprender a viver e ao mesmo tempo, viver em sociedade e interagir com ela. Rousseau alega que é a educação da natureza ou educação doméstica terá esse duplo fim reunido em um só. Ela formará primeiramente o homem, e em consequência formará também o cidadão. Mesmo que na teoria, a função de formar um cidadão se deve à chamada educação pública, formando a relação com o todo, a saber, o corpo social, ela mesma não seria viável no projeto de Rousseau. Visto que a sociedade está corrompida e uma educação em suas bases só tornaria o homem um ser de duas faces, concentra-se aqui a crítica à educação pública. “A instituição pública já não existe, e já não pode existir, pois onde não há mais pátria já não pode haver cidadão” (ROUSSEAU, 2014, p. 13).

[...] a sociedade corrompida “estraga” a criança – mais deseducando do que educando – e a fragilidade e a posição indefesa da condição infantil, o melhor de um projeto educacional que vise ensinar a pensar – isto é, que vise à formação para a autonomia – é, nesta situação, evitar que a criança seja jogada, irrefletida e apressadamente, no gigantesco redemoinho

artificial das relações sociais. Em síntese, a dimensão negativa da educação natural significa, então, no fundo, para Rousseau, um projeto de proteção da criança que deve ser meticulosamente planejado pelo educador, do ponto de vista pedagógico, para evitar que ela seja forçada a aprender coisas que estão fora de sua capacidade intelectual mínima; ou que ela própria seja exposta a determinadas situações que venham viciar irreversivelmente seu comportamento e seu modo de ser (DALBOSCO, 2012, p. 1128).

Esse caminho da educação para a autonomia deve ser dado por um preceptor, ou seja, um mestre que colocará as lições morais necessárias para que o ritmo da natureza possa ser respeitado, “preparando o discípulo para convivência e a vida civil” (PAIVA, 2008, p. 171). “O primeiro papel do educador é proteger o seu aluno das influências da sociedade e dos julgamentos dos outros para que possa desenvolver em si e por si a capacidades de pensar e julgar” (STRECK, 2004, p. 35).

[...] o preceptor prefere abrir o caminho das empiricidades para criar o sentido da existência e dialogar com o real a fim de estabelecer o estatuto da ação formativa: a arte que encampa um plano global de construção das identidades, tanto individual como coletivas, com o intuito de propiciar a felicidade da espécie humana, ou seja, bem-estar geral do homem (PAIVA, 2007, p. 325).

O que justifica toda a empreitada rousseauniana é que a educação natural, que forma o homem **moral**. Segundo Paiva (2007) ela serve de alicerce para o desenvolvimento da virtude e será a ligação entre a razão e a sensibilidade. Ela ativa a moral inata que está inserida na consciência e “é definida no *Emílio* como um princípio inato de justiça e virtude; tal princípio é que nos serve como medida para julgarmos as atitudes nossas e alheias” (ALMEIDA JR., 2009, p. 51). A ideia é encontrar instrumentos necessários para que o ser humano seja capaz de pautar suas ações com base na consciência moral, ou seja, sua proposta educativa é autenticamente moral.

Deste modo se seu projeto visa formar em Emílio uma moralidade de acordo com a natureza para bem guiar a criança, quais serão os instrumentos que auxiliam o aluno de Rousseau nessa empreitada? Quais conteúdos preenchem esses princípios?

2 OS INSTRUMENTOS DA EDUCAÇÃO MORAL

No livro *Emílio* Rousseau separa a educação da criança em diferentes fases. Para o filósofo o educando terá um momento para cada aprendizado, assim divide o livro em V capítulos e em cada um tratará do desenvolvimento das habilidades, da personalidade e da inteligência de Emílio, acompanhando a capacidade da criança em cada nível desde o nascimento até a maturidade (ALMEIDA JR., 2013, p. 112).

Vemos assim na estrutura dos capítulos a trajetória de Emílio e como se estabelecem os instrumentos que guiam o aluno de Rousseau no caminho da moralidade e como cada aspecto dessa educação possui certos princípios que auxiliam na formação de um caráter plenamente baseado na bondade natural.

Para tal se analisará brevemente a primeira infância, descrita no também chamado Livro I, onde temos Os Primeiros Cuidados necessários com o recém-nascido. Em seguida se fará a avaliação do Livro II, onde temos o início do Ser Moral, e por fim desse capítulo, a avaliação do Livro III, descrevendo o a Força como Princípio Moral. Em tais etapas, o que se busca é mostrar como em cada fase da educação de Emílio temos instruções e instrumentos necessários, e que cada lição é coberta de uma intencionalidade.

2.1 OS PRIMEIROS CUIDADOS

No livro I temos, além da introdução acerca dos objetivos e da metodologia acerca da educação propostos pelo filósofo, os cuidados com o bebê. Nesta etapa Rousseau descreve com minúcia a preocupação necessária com a alimentação, os brinquedos, a importância da liberdade do corpo para o recém-nascido ¹¹, o laço materno, o banho, entre outros procedimentos que devemos tomar no início da vida de uma criança, ou seja, o atendimento das necessidades físicas. Segundo o filósofo, nesta fase a criança é puramente afetiva, só percebendo o prazer e a dor.

Preservar e conservar a criança desde o instante em que vem ao mundo é fundamental para conservar a sua forma original (ROUSSEAU, 2014, p. 26). Para ele “a educação começa junto com a vida, ao nascer a criança já é discípula, não do

¹¹ Segundo Rousseau a tradição teria o costume de enrolar e enfaixar as crianças em panos logo após o nascimento; para o filósofo isso seria um erro, pois logo ao nascer a criança é impedida de respirar, para ele a criança necessita o mais cedo sentir a liberdade dos movimentos do corpo.

preceptor, mas da natureza” (ROUSSEAU, 2014, p. 46). Assim, das instruções necessárias ter sempre a educação negativa como guia, ou seja, a única inscrição nesses primeiros anos será o de não contrair nenhuma.

Será preciso saber ler os sinais da criança, para que ela possa ter o necessário para fortalecer o corpo de forma saudável. Como a criança chora? O que falar para criança? Quais objetos dados para criança? Todas essas avaliações são importantes para proceder de modo que não se torne as crianças desde cedo mimadas, medrosas ou teimosas.

“Os primeiros desenvolvimentos da infância dão-se quase todos ao mesmo tempo. A criança aprende a falar, a comer e a andar aproximadamente ao mesmo tempo. Esta é propriamente a primeira fase da vida” (ROUSSEAU, 2014, p. 68), ou seja, a chamada primeira infância que vai dos zero aos dois anos, “antes, não era nada do que aquilo que era no ventre da mãe; não tem nenhum sentimento, nenhuma idade; nenhuma ideia; mal tem sensações e nem mesmo percebe a sua própria existência” (idem).

Para manter o caminho da natureza desde o nascimento Rousseau propõe quatro máximas: facultar o emprego da força; suprir as necessidades; limitar apenas ao que é útil; e distinguir nos desejos o que é natural e o que é social.

O preceptor deve observar a regra da natureza e o caminho indicado por ela, “afinal, a dor, a dentição, o enrijecimento dos músculos, as necessidades vitais, as intempéries climáticas e os diversos outros recursos naturais proporcionam o desenvolvimento da **sensação** como o primeiro material do conhecimento” (PAIVA, 2007, p. 329).

Assim todo cuidado exigido na primeira infância deverá seguir o curso da natureza, atendendo unicamente às necessidades do corpo, fazendo com que a criança sinta o mundo, distinga os sentidos, sinta a extensão dos objetos, os quais estão além de seu corpo, esse processo levará a criança a conhecer o mundo sensível sem se sentir dona dele.

Nesse primeiro livro de *Emílio*, se torna fundamental para o preceptor preservar e conceder à criança as necessidades mais imediatas, a fim de conservar a natureza, para que ela não absorva desde cedo costumes e relações que ainda não é capaz de compreender, ou seja, manter a educação negativa é e será a base para que a moral não se desenvolva já com máscaras da corrupção social.

2.2 O SER MORAL

Assim adentra-se no Livro II, que acopla os preceitos para a educação que vai dos dois aos doze anos. “Em linhas gerais, trata-se do período em que se deve priorizar as atividades físicas para o fortalecimento do corpo” (ALMEIDA JR., 2013, p. 116), será, portanto, nessa idade que ocorrerá segundo Rousseau as primeiras lições.

Para o Filósofo, por muito, tenta-se de modo professoral e pedantesco ensinar às crianças o que elas poderiam aprender muito melhor por si mesmas, e então esquecemos o que é realmente indispensável (ROUSSEAU, 2014, p. 71).

É nesse segundo grau que propriamente começa a vida do indivíduo; é então que ele toma consciência de si mesmo. A memória amplia o sentimento da identidade para todos os momentos de sua existência; ele se torna verdadeiramente uno, o mesmo e, por conseguinte, já capaz de felicidade e de miséria. Portanto, é importante começar a considerá-lo agora como um **ser moral**. (ROUSSEAU, 2014, p. 71-72).

Embora já considerado um ser moral, Emílio ainda precisará desenvolver uma ‘boa’ moral, a qual realmente poderá se manifestar de modo efetivo na chamada Idade da Razão, na qual conseguirá de modo racional realizar a distinção entre o bem e o mal. Segundo o Filósofo antes dessa idade não se poderá ter nenhuma lição sobre os seres morais e as relações sociais. Assim, antes disso, será necessária a investigação do que antecede essa moral efetiva e o que formará em Emílio o ‘ser moral’ em sua integridade.

Desse modo, o tempo da infância é o tempo de corrigir todas as possíveis más inclinações humanas, mas é preciso considerar o que a criança será capaz de aprender, pois “a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (ROUSSEAU, 2014, p. 74).

Palavras como obedecer, mandar, dever e obrigação não devem fazer parte do dicionário da criança, o que deverá ocupar seu tempo será a força e a necessidade.

A imaginação também é um dos aspectos a ser considerado. Nessa idade ela não deverá ser estimulada, pois projetaria na criança as fantasias de uma vida que não é sua, e que não condiz com a sua realidade. Nas palavras de Rousseau “é

a imaginação que amplia para nós a medida dos possíveis, tanto para o bem quanto para o mal e, por conseguinte, provoca e nutre os desejos com a esperança de satisfazê-los” (ROUSSEAU, 2014, p. 75).

Outro aspecto é a proporção entre o desejo e as faculdades, pois é a natureza que nos dá os desejos necessários para a conservação e as faculdades suficientes para satisfaz tais necessidades. Assim é fundamental manter a criança o mais próxima possível de sua natureza, pois quando mais perto dela estiver, mais a distinção entre os desejos e as faculdades será menor, e mais próximo estará da felicidade. Segundo Dalbosco (2012) uma das tarefas da educação natural “consiste na busca do equilíbrio entre os desejos e as faculdades, pois querer formar em excesso as faculdades da criança, reprimindo seus desejos, significa não compreendê-la adequadamente” (p. 1123).

Nesse sentido o filósofo faz uma crítica aos métodos de ensino que visam desenvolver excessivamente a formação das faculdades racionais da criança, a qual intitula como “educação bárbara”, “que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende a criança a corrente de todo tipo e começa por torná-la miserável” (ROUSSEAU, 2014, p. 72). Assim é fundamental “proporcionar à criança recursos que a auxiliem na construção de um modo de vida equilibrado, sem que o mesmo se torne reprimido ou por si só abusivo” (DALBOSCO, 2012, p. 1123).

Para tal empreendimento será um instrumento da educação da natureza nessa e, em qualquer outra idade, a liberdade: “entreguemos à infância o exercício da liberdade natural” (ROUSSEAU, 2014, p. 88). Essa liberdade vai de acordo com as capacidades naturais, e não além, pois ir além será se submeter à escravidão e às ilusões.

Segue-se daí que o primeiro de todos os bens não é a autoridade, mas a liberdade. O homem verdadeiramente livre só quer o que pode e faz o que lhe agrada. Eis a minha máxima fundamental. Trata-se apenas de aplicá-la à infância, todas as regras da educação decorrerão dela (ROUSSEAU, 2014, p. 81).

A criança deve permanecer em seu lugar e cabe aos que a educam mantê-la nele: sendo criança. Assim “conservai a criança unicamente na dependência das coisas e tereis seguido a ordem da natureza no progresso da educação” (ROUSSEAU, 2014, p. 83). Essa lição se dá, para Rousseau, na dependência das

coisas que é algo natural e não prejudica a liberdade, já a dependência dos homens dada pela sociedade é desordenada e leva aos vícios, depravando a criança.

A primeira lição é a de nunca obrigar a criança a fazer o que ela não quer, “ela deve pular, correr, gritar, quando têm vontade. Todos os seus movimentos são necessidade de sua constituição” (ROUSSEAU, 2014, p. 83).

A necessidade natural deve guiar a infância, por isso, a importância de compreender as verdadeiras necessidades em distinção das necessidades fantasiosas que podem começar a nascer.

Nessa idade, a criança só se impressiona com coisas sensíveis, e é isso que deve reger seu tempo, todas as ideias devem se deter ao campo das sensações. As lições racionais não devem ocupar a educação da criança nesse momento, pois segundo o filósofo, a razão que é a faculdade mais complexa do ser humano, e por isso, desenvolve-se mais tardiamente, não deve ser usada para desenvolver as primeiras faculdades. Tornar o ser humano razoável é a obra-prima da educação, mas não se deve começar pelo fim.

O preceptor, respeitando a idade da criança, as necessidades de seu corpo e tendo a liberdade como princípio norteador da ação de Emílio, deve criar situações, cuja solução esteja ao alcance do aluno, “não como conhecimento pronto, mas como fruto de associação do que ele já sabe” (ALMEIDA JR., 2013, p. 117), e tais lições devem advir apenas da experiência, sem obrigações.

A única paixão que habita o coração de Emílio nessa idade é o amor de si mesmo (ver nota 7), assim como o homem selvagem, descrito no texto *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, não há perversidade originária no coração da criança, por isso, ela deve agir conforme a natureza lhe pede. Rousseau (2014) reitera que a primeira educação será puramente negativa, ou seja, “consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro” (p. 97).

A criança deverá chegar aos doze anos sem nada saber, além do que lhe proporcionou a experiência sensível, pois ao se abrir para as lições do entendimento, estaria livre de preconceitos e de hábitos, e assim se tornaria um homem sábio. Sem nada fazer, o preceptor trilharia o melhor caminho para seu aluno.

É pois, preciso apenas exercitar o corpo, os órgãos, os sentidos e a força de Emílio, conservando a alma no ócio. Tudo que rege sua curiosidade deve vir dos objetos que a cercam.

Rousseau realiza uma crítica aos livros, colocando na natureza abstrata contida na literatura, principalmente nas fábulas, o problema da educação, pois estes carregam ideias que as crianças não conseguem compreender. Tal literatura tem o objetivo de ensinar lições de comportamento para crianças e seguidamente falha em seu objetivo.

Diferentes tipos que aprendizagem, que os adultos julgam necessárias à criança, virão com o desejo de aprender do aluno, e nunca devem ser forçadas, pois se tornam entediantes e desinteressantes.

O fortalecimento do corpo será desenvolvido para tornar Emílio um homem moral, que faz bom uso da razão, pois é

[...] à medida que o ser sensitivo torna-se ativo, adquire um discernimento proporcional às suas forças, e é somente com a força que excede aquela de que precisa para conservar-se que se desenvolve nele a faculdade especulativa própria para empregar esse excesso de força em outros usos. Quereis, então, cultivar a inteligência de vosso aluno: cultivai as forças que ela deve governar. Exercitai de contínuo seu corpo; tornai-o robusto e sadio, para torná-lo sábio e razoável; que ele trabalhe, aja, corra, grite, esteja sempre em movimento; que seja pelo vigor, e logo o será pela razão (ROUSSEAU, 2014, p. 136-137).

Ao movimentar o corpo Emílio toma as aulas da natureza, o que dá a ele capacidade de observar muitas coisas, conhecer muitos efeitos, fazer muitas relações e, com isso adquirir grande experiência.

[...] por não ver em nenhuma parte a intenção de instruí-lo, instrui-se ao mesmo tempo. Agindo sempre de acordo com seu pensamento, e não com o de outra pessoa, une continuamente as duas operações; quanto mais forte e robusto se torna; mais sensato e judicioso fica. (ROUSSEAU, 2014, p. 139).

Deixando-a assim dona de suas vontades, não incentivareis seus caprichos. Fazendo sempre apenas o que lhe convém, logo ela só fará o que deve fazer, e, embora seu corpo esteja em contínuo movimento, quando se tratar de seu interesse presente e sensível vereis toda a razão de que é capaz desenvolver-se bem melhor e de uma maneira bem mais apropriada e ela do que em estudo de pura especulação (ROUSSEAU, 2014, p. 141).

Assim Emílio não deve ser guiado pelo auxílio das opiniões, é o sentido que lhe dará a sensatez necessária para bem julgar. O ser moral de Emílio será

fundamentado pelo uso das sensações e pela experiência proporcionada pelo contato do corpo com a natureza.

Rousseau fala em uma razão sensitiva, que será a primeira faculdade da criança a ser desenvolvida, pois segundo ele tudo que entra no entendimento humano vem através dos sentidos, e é esse aprendizado que servirá de base para a razão intelectual. Nossas mãos, pés e olhos são os mestres do aprendizado. Novamente segue a crítica do Filósofo sobre o ensino baseado nas ‘verdades’ dos livros, segundo ele: “substituir tudo isso por livros não equivale a nos ensinar a raciocinar, mas sim a nos ensinar a nos servirmos da razão de outrem, equivale a nos ensinar a acreditar e a não saber nada” (ROUSSEAU, 2014, p. 148).

O conhecimento trazido pelas sensações é o instrumento de toda educação dessa fase, pois “para aprender a pensar devemos, portanto, exercitar nossos membros, nossos sentidos, nossos órgãos, que são os instrumentos de nossa inteligência” (ROUSSEAU, 2014, p. 149). Lembrando que toda a instrução deverá vir do interesse de Emílio em aprender, ela deve vir por si mesma.

As roupas folgadas, a vida no campo, a alegria natural e o fortalecimento do corpo, são os alicerces dessa fase, seus gostos são os mais simples, sempre conforme a natureza. A criança deve, assim, sempre estar longe das impressões do outro. Emílio aprende a ver o mundo no exercício dos sentidos, aprende a não se deixar levar pelas aparências, pois tudo o que faz é factível (ROUSSEAU, 2014, p. 184).

É nas últimas páginas do Livro II que Rousseau descreve a figura de Emílio no fim de doze anos: uma criança segura e cheia de contentamento; a saúde brilha em seu rosto; com poucas ideias, porém que são claras; tudo que sabe, sabe por experiência, sabe ler a natureza, aos seus olhos ainda todos os homens são iguais; é livre; “nele encontrais umas poucas noções morais que se relacionam com sua condição atual, mas nenhuma sobre a condição relativa dos homens” (ROUSSEAU, 2014, p. 206).

Esse é Emílio que adentra na terceira etapa de sua vida: uma espécie de adolescência, mas ainda chamada de infância. O ser moral da criança começa a ser formado pelas sensações, que é o principal instrumento educativo, nela reside todo conhecimento aprendido até aqui.

O que se quer é a continuidade dessa avaliação e como a moral se estabelecerá na vida do indivíduo educado pelo caminho da natureza e quais os instrumentos que serão ainda necessários para a formação moral.

2.3 A FORÇA COMO PRINCÍPIO MORAL

Chega a terceira fase da vida da criança, descrita no Livro III de *Emílio ou da Educação*, que abrange o período dos doze aos quinze anos, ainda chamada de infância, porém está muito próxima da adolescência. A educação que consiste em perder tempo, tornou cada vez mais o aluno de Rousseau uma criança robusta e de caráter intocado. Avançou não em quantidade de conhecimento, mas em qualidade,

[...] porque, pelo método aplicado, foi forçado a aprender pela própria razão, sempre a partir das próprias coisas, assim aprende sempre pelo uso da própria razão, e não pela de outrem. Essa autonomia permitiu poucos avanços, mas grandes conquistas, eis a qualidade do aprendizado (ALMEIDA JR., 2013, p. 117-118).

Assim, a criança deverá ter poucos conhecimentos, porém conhecimento que lhes sejam úteis, seguros, bem avaliados e façam sentido para ela. Nesta fase, segundo Almeida Jr. (2013), Emílio terá como princípio a utilidade, aprenderá sempre a partir de seu interesse, nunca pelo de seu preceptor. O preceptor apenas induz certas atividades que possam despertar o interesse da criança, fazendo com que tenha curiosidade em aprender.

Para Rousseau, a criança entre os doze ou treze anos deverá crescer mais em força do que em necessidades. Diz também que a força deve estar acima dos desejos, pois nossas paixões nos tornam mais fracos, e precisamos de força para que não haja desigualdade entre nossos desejos e nossas forças, e é nessa circunstância que reside essa terceira fase.

Emílio deverá exercitar as forças e as faculdades que lhe sobram a fim de bem utilizá-las, pois elas poderão lhe faltar no futuro. Mas o que fazer para bem utilizar esse excedente? Para Rousseau (2014), “é, portanto, o tempo dos trabalhos, da instrução, dos estudos; observai que não sou eu quem faz arbitrariamente essa escolha, mas é a própria natureza que a indica” (p. 213).

A moral de Emílio se fortalece, porém “até agora não conhecemos outra lei que não a da necessidade; agora nos deparamos com o que é útil; logo chegaremos

ao que é conveniente e bom” (ROUSSEAU, 2014, p. 214). Rousseau procura ainda desenvolver a atividade corporal como princípio que fortalecerá a moral.

As atividades dessa etapa deverão ser movidas pela curiosidade, e é a curiosidade bem dirigida que motiva essa idade. É pois, um “princípio natural ao coração humano, mas cuja desenvolvimento só se faz proporcionalmente às nossas paixões e nossas luzes” (ROUSSEAU, 2014, p. 215), essa tendência natural deverá estar de acordo com o que os instintos nos levam a procurar.

Emílio ainda é movido pelas sensações, o saber intelectual ainda não se faz presente. Segundo Rousseau há um processo gradual de construção do entendimento intelectual a medida que desenvolvemos nossas sensações e de acordo com o que a idade pode alcançar. Vamos aos poucos transformando nossas sensações em ideias, mas é preciso lembrar que:

[...] não saltemos de repente dos objetos sensíveis para os objetos intelectivos. É pelos primeiros que devemos chegar aos outros. Nas primeiras operações do espírito, sejam os sentidos sempre seus guias: nenhum livro além do livro do mundo, nenhuma instrução a não ser os fatos (ROUSSEAU, 2014, p. 216).

Emílio constrói ideias claras e justas, conforme as lições práticas guiadas pelo preceptor, sem que a criança perceba, atividades de geografia, ciências, matemática, entre outras baseadas unicamente na natureza e na curiosidade da criança são introduzidas para que ela mesma possa desvendar os desafios que a cercam. “Não se trata de ensinar-lhe as ciências, mas de dar-lhe o gosto para amá-las e métodos para aprendê-las quando esse gosto estiver mais desenvolvido. Este é com toda certeza um princípio fundamental de toda boa educação” (ROUSSEAU, 2014, p. 222). O objetivo não é dar-lhe ciências, mas saber o que fazer com ela quando necessário. É preciso estimar o valor do conhecimento, amar e buscar a verdade.

O aluno é sempre instigado pelo prazer e pelo desejo, nunca é força contra a sua vontade. “Cabe a ele desejá-lo, procurá-lo, encontrá-lo; cabe a vós colocá-lo ao seu alcance, fazer habilmente nascer esse desejo e fornecer-lhe os meios de satisfazê-lo.” (ROUSSEAU, 2014, p. 235).

A vida de Emílio nessa fase será como a do personagem Robinson Crusoé de Daniel Defoe, por isso, também é a única leitura indicada ao aluno de Rousseau, pois como

Crusoé em sua ilha, sozinho, sem amparo de seus semelhantes e dos instrumentos de todas as artes, provendo porém, à sua subsistência, à sua conservação e conseguindo até uma espécie de bem-estar, eis um tema interessante para qualquer idade...Esse estado não é, concordo, o do homem social; provavelmente não o de Emílio, mas é através desse mesmo estado que ele deve apreciar todos os outros. O meio mais seguro de nos elevarmos acima dos preconceitos e ordenarmos os juízos de acordo com as verdadeiras relações entre as coisas é colocarmos-nos no lugar de um homem isolado e julgarmos tudo como tal homem deve ele próprio julgar, com relação à sua própria utilidade. (ROUSSEAU, 2014, p. 244-245).

Emílio precisa tirar proveito do que a natureza lhe oferece, e como Crusoé, reservado em sua ilha, irá buscar o conhecimento nas coisas e em tudo que é útil para sua conservação.

O maior instrumento deverá ser de si mesmo. Dentro dessa autossuficiência se encontra a escolha de uma profissão. É chegada a hora de Emílio encontrar um ofício que fortaleça a atividade útil e que favoreça a independência do aluno. E é por meio do trabalho útil que a criança começa a estabelecer as primeiras noções de sociedade, pois será a partir da percepção de que objetos produzidos pela sua profissão poderão ser úteis a outros e fruto de trocas.

Para Rousseau, Emílio deve fazer a escolha de profissão de acordo com o que lhe apetecer, porém a melhor escolha seria uma profissão voltada aos exercícios puramente mecânicos, na qual o corpo trabalhe mais que a cabeça e não leve à riqueza, “ele precisa de uma profissão que pudesse servir a Robinson em sua ilha” (ROUSSEAU, 2014, p. 266). Para o filósofo

[...] o ofício que eu preferiria que fosse do gosto de meu aluno é o de marceneiro. É limpo, é útil, pode ser feito em casa; cansa suficientemente o corpo; exige do trabalhador habilidade e inteligência, e a elegância e o gosto não estão excluídos da forma das obras que a utilidade determina (ROUSSEAU, 2014, p. 271).

O objetivo da profissão é o fortalecimento do corpo e consequentemente da moral da jovem criança. Ao final dessa etapa “Emílio terá o vigor físico e a integridade de alma do selvagem ou do camponês e o juízo crítico do filósofo” (STRECK, 2004, p. 48). Nas palavras de Rousseau:

Com o hábito do exercício do corpo e do trabalho manual, dou imperceptivelmente ao meu aluno o gosto pela reflexão e pela meditação, para contrabalançar a preguiça que resultaria de sua indiferença pelos juízos dos homens e da calma sobre suas paixões. É preciso que ele

trabalhe como um camponês e pense como filósofo... (ROUSSEAU, 2014, p. 273-274).

No princípio a criança só tinha sensações, agora já possui ideias, antes só sentia, e agora já julga, isso tudo foi proporcionado pelas sensações que permitiram os julgamentos acerca do sensível. Segundo Rousseau, essas espécies de sensações mistas deram para Emílio o que ele chama ideias que têm origem nas coisas e através da natureza, nunca pelas opiniões. São as experiências que ajudam a bem julgar, assim julga apenas pelo que é evidente e nunca será enganado pelas aparências. Sempre guiado a aprender por si mesmo usará a sua razão.

A figura apresentada ao final do Livro III é de uma criança/adolescente que possui conhecimentos naturais e físicos bem estruturados. Não sabe nomear as relações morais, só conhece as relações essenciais entre o homem e as coisas, e nada sobre as relações morais entre os homens. Pouca coisa sabe sobre abstrações. O que sabe, sabe por relação e associação da experiência e dá atenção ao que é útil. “Emílio é laborioso, temperante, paciente, firme, cheio de coragem” (ROUSSEAU, 2014, p. 282). “Tem o corpo sadio, os membros ágeis, o espírito justo e sem preconceitos, o coração livre e sem paixões” (ROUSSEAU, 2014, p. 283). Essas são as descrições postas pelo filósofo para demonstrar a força de Emílio ao final de 15 anos.

Emílio tem virtudes, porém todas elas relacionadas a ele mesmo, as virtudes sociais ainda estão inativas, falta assim conhecer as relações sociais e algumas luzes, as quais é chegada a hora de recebê-las.

3 A MORAL CIDADÃ

No segundo capítulo desde trabalho o que se viu foi a vida sensível da criança, que são fases fundamentais para o desenvolvimento posterior, descrito no Livro IV, o qual compreende a idade dos quinze aos vinte anos. Rousseau apresenta o despertar da consciência moral, pois segundo ele “é aqui que o homem nasce verdadeiramente para a vida e que nada de humano lhe é alheio” (ROUSSEAU, 2014, p. 287).

Será nesta etapa que o Ser Homem se encontra com o Ser Cidadão. Todo o repúdio ao desenvolvimento de uma vida social, o embate entre o homem social e o

homem natural se imbricam na **moral** intocada de Emílio, que será em consequência nem o selvagem, nem o camponês, mas o cidadão do mundo.

Dir-me-ão que estou saindo da natureza, mas não creio. Ela escolhe os seus instrumentos e os afina, não pela opinião, mas pela necessidade. Ora, as necessidades mudam conforme a situação dos homens. Há muita diferença entre o homem natural que vive no estado de natureza e o homem natural que vive no estado de sociedade. Emílio não é um selvagem ao ser relegado aos desertos; é um selvagem feito para morar nas cidades. É preciso que saiba encontrar nelas o necessário, tirar partido dos habitantes e viver, senão como eles, pelos menos com eles (ROUSSEAU, 2014, p. 277-378).

Porém antes de ser um cidadão propriamente dito, Emílio ainda passa por recursos educativos fundamentais que manterão seu caráter puro ao conhecer a sociedade e as relações humanas.

3.1 SER HOMEM

Emílio começa a apresentar os sinais de um humor que se altera, sua fisionomia, sua voz, não é mais criança, mas ainda não é homem.

Para compreensão dessa fase, Rousseau enumera algumas lições e princípios necessários para o bom desenvolvimento de Emílio, pois será nesta etapa da vida que o aluno conhecerá os homens e a sociedade, e será ele mesmo um homem.

Portanto, a idade da adolescência é descrita por Rousseau como uma etapa que necessita de proteção devido aos perigos advindos das paixões nascentes, do processo moral que aflora e da própria sociedade degenerada. Assim sendo, Rousseau articula a argumentação para demonstrar a importância de deixar Emílio, em um primeiro momento - até que saiba julgar as situações - longe dos espetáculos da cidade e dos vícios que possam mascarar suas ações. Por isso é preciso aproximá-lo da vida campestre e natural.

O amor de si, paixão mais primitiva e inata, pela qual se desenvolvem todas as outras e que se refere ao desejo de conservar-se ¹², deverá se fazer presente como um princípio norteador. “É preciso, portanto, que nos amemos para nos conservarmos, é preciso que nos amemos mais do que qualquer outra coisa, e, por

¹² Ver nota 7.

uma consequência imediata do mesmo sentimento, amamos o que nos conserva.” (ROUSSEAU, 2014, p. 288).

Segundo Rousseau, amar a si mesmo é o primeiro sentimento da criança e o segundo deve ser o amor pelo próximo, pois a criança inclina-se naturalmente pela benevolência, “pois vê que tudo o que a rodeia dispõe-se a ajudá-la, e dessa observação ela toma hábito de um sentimento favorável à sua espécie” (ROUSSEAU, 2014, p. 289), porém ao se relacionar com o outro, e na medida em que suas necessidades aumentam, produz suas preferências e os deveres. Para que Emílio se mantenha na essência da bondade deverá ter poucas necessidades e dar pouca atenção à opinião.

Mas na fase que Emílio se encontra, Rousseau admite que não poderá viver sempre sozinho. A sociedade se torna necessária, assim ela deverá se fazer presente, para evitar depravação maior no coração humano, que pode advir dessa necessidade.

O estudo que convém ao homem é o dessas relações. Enquanto ele só se conhece pelo seu ser físico, deverá estudar-se pelas suas relações com as coisas; é o trabalho de sua infância. Quando começar a sentir o seu ser moral, deverá estudar-se por suas relações com os homens; é o trabalho de sua vida inteira, a começar do ponto a que acabamos de chegar (ROUSSEAU, 2014, p. 290).

Enquanto sua sensibilidade permanece limitada a seu indivíduo, não há nada de moral em suas ações. Somente quando ela começa a se estabelecer para além dele, é que ele adquire primeiro os sentimentos, depois as noções do bem e do mal, que o constituem verdadeiramente como homem e parte de sua espécie (ROUSSEAU, 2014, p. 299).

Quando a moral de Emílio passa ser para além de sua individualidade, surgem os primeiros sentimentos relativos ao outro, que são sempre ternos e afetuosos conforme sua natureza. Esses primeiros sentimentos referem-se a “comover-se com os sofrimentos de seus semelhantes” (ROUSSEAU, 2014, p. 300).

A imaginação começa a revelar seu papel, pois será ela que fará Emílio reconhecer, despertada pelos sentidos, a existência do semelhante e a identidade de nossa natureza, são, portanto, nossas necessidades comuns que nos unem. E é pela piedade, que nos colocamos no lugar daquele que sofre e reconhecemos a possibilidade de estar passível a tais sofrimentos.

[...] a piedade, primeiro sentimento relativo que toca o coração humano, conforme a ordem da natureza. Para tornar-se sensível e piedosa, é preciso

que a criança saiba que existem seres semelhantes a ela que sofrem o que ela sofreu, que sentem as dores que ela sentiu e outras que deve ter ideia de que também poderá sofrer (ROUSSEAU, 2014, p. 304).

Para nutrir a piedade e guiar Emílio para o caminho natural é preciso exercitar no coração do jovem “a bondade, a humanidade, a comiseração, a beneficência, todas as paixões atraentes e doces que agradam naturalmente aos homens e impedir que nasçam a inveja, a cobiça, o ódio, todas as paixões repugnantes e cruéis” (ROUSSEAU, 2014, p. 304). Aqui o que foi desenvolvido no primeiro capítulo acerca do *Segundo Discurso*, se aplica a *Emílio*, o jovem começa a comparar-se e olha para seus semelhantes na sua forma mais transparente (ALMEIDA JR., 2013, p. 120).

Assim, Rousseau diz que se deve ensinar ao aluno a amar todos os homens, e que ele não se reconheça em nenhuma classe, mas em todas. Os movimentos da natureza devem se desenvolver e se estender até o seu semelhante.

O Ser Homem de Emílio nasce na circunstância do compromisso de cada ser humano de cuidar de si e do outro. Segundo Streck (2004), no que se refere à ação do indivíduo e suas relações com o outro, o indivíduo possui em si mesmo os critérios para a ação ética, que nasce a partir da natureza como promotora da conservação do homem autêntico (STRECK, 2014, p. 51).

Primeiro Emílio deve conhecer profundamente o próprio homem, no que tange à igualdade, antes de conhecer o mundo. Depois deverá conhecer a sociedade, o que significa conhecer o homem pela diferença. As instruções são dadas a partir de exemplos contidos na história, aprendendo a examinar o homem, julgando por si mesmo. Assim será Emílio com “um grande interesse por conhecê-los, uma grande imparcialidade para julgá-los, um coração suficientemente sensível para compreender todas as paixões humanas e suficientemente calmo para não experimentá-las” (ROUSSEAU, 2014, p. 339).

Porém, Emílio estará sempre sujeito aos vícios. Sendo que o amor-próprio nasce no processo de comparação com o outro, segundo Dalbosco (2012), é de fato um instrumento útil na medida em que habilita o homem à vida em sociedade e a conquistar a moralidade. Isso significa, portanto, que é necessário fazer as faculdades evoluírem, “elevando-as até o nível da moralização, o homem precisa estabelecer uma luta permanente consigo mesmo, visando dominar suas paixões e mantendo-se distante dos vícios” (DALBOSCO, 2012, p. 1125), o que não significa a

eliminação do amor de si, eles coexistem, assim “permanece ao homem um espaço de liberdade tanto em relação ao seu determinismo instintivo como à capacidade autolegisladora de sua razão” (DALBOSCO, 2012, p. 1124-1125).

Mesmo com os perigos da possibilidade de corrupção em meio à sociedade, Rousseau confia à educação na natureza a fonte de preservação da moral de Emílio. O aluno conhecerá o homem profundamente, sabe as possibilidades de fraqueza humana, por isso, não se deixará enganar ao chegar a hora de conhecer o mundo social.

Assim, dado o final dos 20 anos, Emílio nasce um cidadão efetivo. Educado pela natureza, ele se torna um homem em pleno estado de bondade, é piedoso, porém não é como o selvagem do *Segundo Discurso*, ele é um selvagem que sabe raciocinar. Nas palavras de Rousseau (2014): “é esse selvagem, com a diferença que Emílio, tendo refletido mais, tendo comparado mais ideias e visto nossos erros mais de perto, mantém-se mais em guarda contra si mesmo e só julga o que conhece” (p. 338). Como consequência dessa formação, Emílio deverá viver em sociedade, pois como segundo o próprio Rousseau estabelece: ele não foi educado para viver sozinho, mas sim como membro da sociedade (p. 470), pois sem esse objetivo nada dessa empreitada educativa faria sentido.

O menino que agora é homem e “ele não é homem do homem, mas o homem da natureza” (ROUSSEAU, 2014, p. 354). Pois, “trabalhamos de concerto com a natureza, e enquanto ela forma o homem físico nós procuramos formar o homem moral” (ROUSSEAU, 2014, p. 450). E será por efeito um cidadão, pois essa foi também a função da educação natural, pela qual Emílio aprendeu a pensar, e é a partir dela que deverá se tornar razoável e sensato nas cidades (ROUSSEAU, 2014, p. 356).

3.2 SER CIDADÃO

Rousseau apresenta a coesão educativa produzida por sua proposta no texto *Emílio*, quando apresenta o conceito de Emílio como cidadão.

Objetivo último da educação da natureza é formar um homem capaz de conviver em meio a qualquer tipo de sociedade sem se deixar levar por seus vícios e preconceitos e que saberá cumprir seu papel diante do Estado, sendo um cidadão em todos os significados da palavra (ALMEIDA JR., 2009, p. 50).

Tem-se ao final do processo indicado pela natureza a constituição de uma moral em ato, definida como boa e coerente ao coração humano. Todas as características inscritas no estado de natureza permanecem na figura de Emílio, com a diferença que com o progresso de suas capacidades racionais ele não se deturpará em convívio com o outro.

No início do Livro I de *Emílio*, Rousseau estabelece como objetivo primordial de seu projeto educativo a formação do homem, porém ao final da proposta pedagógica temos a imagem de Emílio o indivíduo autônomo e com capacidade de enfrentar os desafios da vida em sociedade (STRECK, 2004, p. 49). Assim, para Paiva (2008) “a formação humana na perspectiva rousseauiana congrega dois princípios essenciais: resgatar a essência da natureza humana e promover a essência da vida em sociedade” (p. 168).

“O homem que Rousseau constrói sob a figura de Emílio não é o homem natural vivendo no isolamento nem o cidadão despersonalizado, mas o homem natural que vive em sociedade” (MARUYAMA, 2001, p. 37).

Além da função civil, a educação moral de Emílio constituída na liberdade é, também, segundo Starobinski (2011), permitir que a natureza desabroche na cultura, ou a “a reconciliação da natureza e da cultura em uma sociedade que redescobre a natureza e supera as injustiças da civilização” (STAROBINSKI, 2011, p. 48).

No *Segundo Discurso* temos um homem natural que ao longo de seu progresso na história se tornou corrompido pela formação da sociedade. Ao final de *Emílio*, temos, porém um homem educado para que as características essenciais permaneçam, ou seja, há a reconciliação entre natureza e sociedade.

Assim, será no Livro V ¹³ que o aluno de Rousseau adentra definitivamente no mundo social. “É o momento de conhecer os regimes de governo, e para isso nada mais apropriado do que as viagens. O objetivo é ajudar Emílio a conhecer e ser capaz de discernir entre os diversos regimes políticos” (STRECK, 2004, p. 55), considerando as lições de Emílio “pelas relações civis com os concidadãos” (ROUSSEAU, 2014, p. 672). Nessa parte do livro encontra-se um resumo do

¹³ No livro V de *Emílio, ou da Educação*, última etapa do projeto educativo de Rousseau, além de estabelecer os preceitos da vida social de Emílio, Rousseau coloca os preceitos para a Educação da Mulher representada na figura de Sofia, a qual será a futura companheira de Emílio.

Contrato Social ¹⁴, que “faz parte das lições que o jovem Emílio deve receber para poder bem julgar os governos, participar de sua comunidade e ser útil à coletividade” (PAIVA, 2008, p. 170).

Para Dozol (2006), Emílio é a crença na possibilidade de “realizar um ideal ético ou moral de convivência social” (p. 77), conduzido por essa perspectiva ele “nos apresenta um autêntico projeto de cidadania, para o qual concorrem a política, a moral e a educação” (p. 77). A pedagogia de Rousseau “apela para uma vocação social, que se cumpre pelo aprendizado de uma liberdade do tipo moral, mediante a aquisição do sentimento e o exercício da razão” (DOZOL, 2006, p. 87).

Em suma, a educação natural baseada em instrumentos como a liberdade e a experiência sensível fortaleceram a constituição da moral de Emílio; embora inata, ela necessita ser potencializada pela bondade originária. A partir disso, pode-se constituir o homem ético e por fim político. Capaz de viver em sociedade sem se deixar corromper pelas opiniões e preconceitos, permanecerá, portanto em seu lugar, o lugar da natureza, porém na figura de um cidadão.

¹⁴ Rousseau escreve a obra *O Contrato Social* que tem seu lançamento em 1762. Nesta obra o filósofo deseja investigar “se na ordem civil pode existir alguma regra administrativa legítima” (ROUSSEAU, 2013, p. 11). Assim estabelecerá as formas de governo e as características e necessidades de cada formação política. No Livro V de *Emílio ou da Educação* se tem um resumo do contrato que deve estabelecer a base de toda sociedade. Colocando a seguinte fórmula como fundamento “cada um de nós põe em comum seus bens, sua pessoa, sua vida e toda a sua potência, sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos em bloco cada membro como parte indivisível do todo” (ROUSSEAU, 2014, p. 680).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação humana proposta por Rousseau, estabelecida a partir de um ideal humano, é projetada a partir do Estado de Natureza, que é constituído por uma moral inata, ou seja, possui características inscritas no ser humano, entre elas a liberdade, a piedade, a autoconservação e a perfectibilidade. No estado natural o homem é um indivíduo que vive isolado, porém no decorrer do tempo e na medida de suas necessidades, une-se aos outros, dessa união surge o aparecimento da sociedade, e é por ela que se instituem os processos de desigualdade e corrupção.

A educação entra na filosofia de Rousseau como promotora da manutenção das características naturais, que permitem a preservação da bondade originária. Rousseau propõe uma educação baseada na natureza e é essa educação que dará ao homem a possibilidade de não corromper a sua moralidade.

Na figura de Emílio, um aluno imaginário, se pode observar as propriedades inatas mantidas a partir da Educação da Natureza. Foi ela que deu a criança desde seu nascimento, até a fase adulta, os instrumentos necessários para a formação de um ser humano autônomo.

Emílio aprendeu a partir de suas próprias escolhas. O preceptor realizou apenas os cuidados necessários para a não influência social. Há uma instrução para o aluno em cada etapa de sua vida, e esta instrução está exatamente de acordo com a sua idade.

Rousseau mostrou a capacidade da criança em aprender por si mesmo, e que ela deve desenvolver a sua capacidade moral através dos sentidos e das experiências trazidas pelo ideal de uma educação campestre, que seria o paradigma da vida da originária.

A pedagogia rousseuniana, portanto, torna-se uma educação dos sentimentos e procura unir o que a história separou: cultura e natureza. No *Emílio*, Rousseau apontou para uma pedagogia que busca o desenvolvimento de um homem que permaneça ligado ao seu centro natural, sob o risco de deixar de ser verdadeiramente um homem (FALABRETTI; SANTOS, 2014, p. 174).

O objetivo deste trabalho foi elucidar os aspectos que tornam a moral em Rousseau um objeto a ser alcançado pela educação. Constituído de um ideal ético e

político o autor visa formar o homem e o cidadão coerente com suas características naturais, porém que vive em meio social sem se corromper por ela.

O filósofo prolongou pela vida de Emílio o efeito de uma boa educação, que foi conservada na juventude, ou seja, enquanto ele for o que deve ser e o que escolheu ser, será o mesmo em todos os tempos (ROUSSEAU, 2014, p. 636).

[...] sua abordagem continua atual e rica de significados para repensarmos os processos de formação não como atos formais e mecânicos que devem ser levados a termo por uma exigência institucional. Educar é constituir sentidos para a própria existência humana. Assim, evidenciar a dimensão natural do ser humano nas teias e tramas do aprender e ensinar (BRANDÃO, 2001) é o desafio e, ao mesmo tempo, o estímulo que se coloca à educação de nossos dias. E para isso, o Emílio é fonte quase inesgotável para nossas reflexões e nossas ações (PAIVA, 2007, p. 332).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR., José Benedito. **Como ler Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **Educação e política em Jean-Jacques Rousseau**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Princípios filosóficos e pedagógicos da educação natural em Rousseau: uma investigação sobre o segundo livro do *Émile*. **Educação e Sociedade**. Campinas. v. 33, n.121, 2012, p.1117-1131.

DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau**. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar Editor, 1996.

DOZOL, Marlene de Souza. **Rousseau: educação: a máscara e o rosto**. Editora Vozes: Petrópolis, 2006.

FALABRETTI, Ericson; SANTOS, Wilton Borges dos. Rousseau: a natureza como modelo para a educação. In: MARTINS, Marcos Francisco; PEREIRA, Ascísio dos Reis (org.). **Filosofia e Educação: ensaios sobre autores clássicos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 159-175.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Rousseau: o bom selvagem**. São Paulo: Humanitas: Discurso Editorial, 2007.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do homem no *Emílio* de Rousseau. In: **Educação Pesquisa**. v. 33 n. 2. São Paulo maio/ago, 2007, p. 323-333.

_____. Homem e cidadão na obra pedagógica de Rousseau. **Cadernos de Educação**. n. 31, jun/dez, 2008, p. 163-184.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Carta a Christophe de Beaumont: e outros escritos sobre religião e a moral**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2005.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas. Discurso sobre as ciências e as artes. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Emílio ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O contrato social**. Bauru: Edipro, 2013.

MARUYAMA, Natália. **A contradição entre o homem e o cidadão**, consciência e política segundo J.-J. Rousseau. São Paulo: Humanitas: Fepesp, 2001.

SIMPSON, Matthew. **Compreender Rousseau**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau**: a transparência e o obstáculo, seguido de sete ensaios sobre Rousseau. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STRECK, Danilo R. **Rousseau e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

STÜRMER, Adroaldo. **Natureza, sociedade e educação moral em Rousseau**: do Segundo Discurso ao livro IV do Emílio. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.